



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Gabinete de compras, licitações e contratos

**TERMO DE CONTRATO Nº
.../16/SMCP, FIRMADO ENTRE O
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A
EMPRESA PARA
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
CIDADE DIGITAL EM
CONFORMIDADE COM O EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado, conforme declaração de competência pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, Srº Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de na Rua nº, CEP, neste ato representada pelo Sr, inscrito no CPF sob o nº, na qualidade de sócio administrador, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o edital de Pregão Presencial nº 041/2016, lançada pelo Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, Prefeitura Municipal do Rio Grande, contratam os serviços abaixo descritos mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação de uma rede metropolitana, em fibra óptica, com tecnologia metro ethernet e GPON, composta de hardware(equipamentos), software (programas), acessórios complementares, serviços e capacitação de pelo menos 05 (cinco) colaboradores, com fornecimento: de material; de projeto de técnico executivo de telecomunicação; e projeto de compartilhamento de infraestrutura pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA –DO PROJETO: O projeto tem por objetivo a implantação de uma infraestrutura para cidade digital no Município do Rio Grande/RS, através da construção de uma rede metropolitana utilizando cabeamento óptico, própria, capaz de suportar o tráfego de dados, voz e imagem, interligando diversas unidades governamentais do Poder Público Municipal denominada infovia, ampliando a rede hibrida (óptica e radiofrequência) hoje existente, bem como disponibilizar um software para monitoramento, gerenciamento e controle da rede. A prestação de serviços ficará sob a administração e responsabilidade da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP e deverá corresponder rigorosamente aos critérios técnicos, os prazos e as condições definidas no Termo de Referência em anexo, que faz parte integrante do presente contrato.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Gabinete de compras, licitações e contratos

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR: O CONTRATANTE pagará, à CONTRATADA, o valor de

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 15(quinze) dias úteis, da apresentação das mesmas, após atestado expedido pela SMCP, quanto o fiel cumprimento das obrigações, sem o qual não será efetuado qualquer pagamento, mediante comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a SMCP.

Parágrafo Primeiro: Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMCP.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: o contratado obriga-se a:

- a) Apresentar seus empregados munidos de cartão de identificação funcional, que deverá ser sempre exigida pela CONTRATANTE, visando preservar a segurança desta;
- b) Manter devidamente atualizadas e em compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a vigência do contrato, todas as condições de regularidade jurídico-fiscal e trabalhistas exigidas para a contratação;
- c) Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, que será procedida pela Secretaria Municipal de coordenação e Planejamento - SMCP
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, a qualquer bem de sua propriedade ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- e) Responsabilizar-se e arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for desde que praticada por seus profissionais nos recintos da CONTRATANTE;
- f) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE ;
- g) Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento de despesa porventura oriunda de decisão judicial, eximindo-se a CONTRATANTE, de qualquer relação empregatícia com os envolvidos na prestação dos serviços objeto deste contrato ;
- h) Fornecer o pessoal necessário à execução dos serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência;
- i) Fornecer todo material, equipamento e ferramentas necessários à execução dos serviços;
- j) Respeitar o estipulado no termo de referência em anexo.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Gabinete de compras, licitações e contratos

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: O contratante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste termo de contrato;
- b) Efetuar a devida fiscalização do contrato, indicando servidor para devido finalidade;
- c) Fornecer em tempo hábil toda e qualquer informação referente ao bom desempenho dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COBERTURA FINANCEIRA: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06-Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento
01 – Complexo Administrativo
04- Administração
126 – Tecnologia da Informação
0211- manutenção dos serviços complementares
1201- projeto infra estrutura para cidade digital
4.4.9.0.39.00.00.00.00 – outros serviços de terceiros pessoa juridica
Código reduzido – 3034 – recurso 001
4.4.9.0.39.00.00.00.00 – outros serviços de terceiros pessoa juridica
Código reduzido – 3035 – recurso 1779
4.4.9.0.52.00.00.00.00 – equipamento e material permanente
Código reduzido – 1524 – recurso 1779
4.4.9.0.52.00.00.00.00 – equipamento e material permanente
Código reduzido – 152 – recurso 001

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 270 (duzentos e setenta) dias a contar da emissão da “Ordem de Início de Serviços”, podendo ser prorrogado nos limites da Lei 8.666/93, Art 57, inciso II.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO SERVIÇO: A fiscalização do presente contrato será feita pela Secretaria Municipal de coordenação e Planejamento - SMCP, a qual indicará servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA: Por ocasião da assinatura do contrato a Contratada deverá depositar garantia equivalente a 5% do valor global do contrato junto à Tesouraria da Secretaria Municipal da Fazenda, deste Município, em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93, em seu artigo 56, § 1º.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Gabinete de compras, licitações e contratos

Parágrafo Primeiro: A garantia será liberada por ocasião do término do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

Parágrafo Segundo: No caso da garantia ser realizada em moeda corrente, o valor será depositado em uma conta com rendimentos.

Parágrafo Terceiro: Em caso de infração contratual ensejada pela contratada, a garantia descrita nesta cláusula reverterá aos cofres do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES: À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do Contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

Parágrafo Segundo: O não cumprimento reiterado das cláusulas contratuais constituirá motivo para rescisão deste Contrato.

Parágrafo Terceiro: A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONTRATANTE, das faturas apresentadas pela CONTRATADA, decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OMISSÃO: Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Gabinete de compras, licitações e contratos

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de..... de 2016.

.....
Contratada

.....
Secretário de

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos
CC.: SMF/SMCP/GCLC/CONTRATADA.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Gabinete de compras, licitações e contratos

ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

EMPRESA:

CONTRATO :

Pregão Presencial 041/2016

OBJETO:

DATA DO INÍCIO: / /2016.

.....
Contratada

.....
Secretário

CC.: SMF/SMCP/GCLC/CONTRATADA.



Estado do Rio Grande do Sul

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Gabinete de compras, licitações e contratos

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscal do Contrato o(a) Senhor(a).

_____ e _____ o(a)
senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal administrativo

Fiscal do Serviço

.....
Secretário de

Rio Grande, de de 2016.